



**Esclarecimento** 28/08/2020 12:57:15

1- O Termo de Referência determina, no item 8.w.1 e seus subitens, que a Contratada deverá disponibilizar à Contratante uma faixa DDR de 1000 ramais, cujos MCDUs vão de 7000 a 7449 e 9000 a 9549, entretanto, caso haja portabilidade, a Contratada recebedora, de acordo com as regras da ANATEL, só poderá receber os números que estiverem regularmente registrados com o CNPJ do Contratante na operadora de origem. Assim sendo, caso isso não seja possível, entendemos que a operadora Contratada poderá disponibilizar as mesmas faixas DDRs especificadas no TR, porém com prefixo diferente do DDR portado. Está correto nosso entendimento? 2- O Termo de Referência, no Anexo A, item A3 e seus parágrafos, especifica que a interligação entre o PABX do contratante e a central pública da Contratada deve ser feito por duas vias distintas e redundantes. No TR também tem uma especificação que determina que nos períodos de baixo tráfego, a quantidade de entroncamentos deve ser reduzida pela metade, de 10 para 5 E1. Entendemos que essa redução significa que o enlace redundante pode ser desativado. Está correto nosso entendimento? 3- Considerando as especificações do PABX do Contratante (Central Telefônica VoIP, modelo NGC Evolution, marca Dígito Tecnologia), verificamos que ele tem disponibilidade de entroncamento com a Central Pública por meio do protocolo SIPT. Entendemos que, em virtude da nossa central pública ser nativa IP e o protocolo SIP-T ser o padrão da rede, o Contratante poderia disponibilizar as duas interfaces RJ-45 e usufruir de todos os benefícios do protocolo nativo da rede pública da operadora. Está correto o nosso entendimento? 4- Com relação ao "ANEXO-I do TR", Item 4-"Forma e Prazo de execução", Subitem 4.3 : Solicitamos que o prazo para início dos serviços contratados, seja alterado para 75 (setenta e cinco) dias, após o recebimento da ordem de serviço, emitida pela fiscalização do contrato, considerando que a ordem de serviço será emitida 15 dias após a assinatura de contrato. A fim de se respeitar a razoabilidade e a boa fé objetiva do presente certame – visto que do contrário, as licitantes incorrerão em grave e desproporcionado risco de penalidades contratuais –, faz-se necessária a estipulação de um prazo dentro de parâmetros revestidos de razoabilidade e proporcionalidade. 5- Com relação ao "ANEXO-I do TR", Item 4-"Forma e Prazo de execução", Subitem 4.5, Solicitamos esclarecer se a operadora de telefonia fixa, poderá subcontratar serviço de última milha de acesso? 6- Solicitamos esclarecer se o serviço de "0800" deverá ser fornecido de forma dedicada ou regenerada? 7- Com relação ao Anexo I – 3. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, Item 5: "Implementação do serviço de Discagem Direta Gratuita (0800), com possibilidade de ativação eventual, temporária ou definitiva durante períodos eleitorais ou em qualquer outro período mediante solicitação prévia do Tribunal. A ativação, bem como a desativação do serviço, deverá ocorrer no prazo máximo de 48 horas da solicitação formal da Fiscalização ou do Gestor do contrato." O prazo em questão é totalmente inexecutável, bem como não se demonstra adequado à complexidade do objeto e segurança contratual que se pretende obter. Há de se convir que após a assinatura do contrato, há trâmites de internalização do contrato, devidas autorizações de execução, além de instalação de equipamentos e o que mais for necessário ao cumprimento da execução dos serviços. 8- Quanto ao item "8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, Item x.2, menciona: "2. Diante da possibilidade de ativação eventual, temporária ou definitiva do serviço de 0800 durante períodos eleitorais ou em qualquer outro período mediante solicitação prévia do tribunal, o número 0800 071 6505 por ter ampla divulgação em todo o estado da Bahia, deverá ser reservado para este Tribunal para que não haja riscos de mudança de número e com isso prejuízos na comunicação com o eleitor." Como se dará a reserva do número 0800?



**Resposta** 28/08/2020 13:07:12

1- Quanto à exigência de redundância de acesso para os troncos E1, saliento que, salvo melhor juízo, entendo ser necessária a sua manutenção. Atualmente, os troncos E1 deste tribunal são fornecidos pela operadora por apenas um caminho e já ocorreram eventos de problemas na infraestrutura física, ocasionando quedas repentinas de ligações, o que gerou indisponibilidade temporária do serviço de telefonia neste eleitoral. A redundância de acesso dos troncos garantirá a confiabilidade e segurança do sistema de telefonia deste tribunal, sobretudo em períodos críticos, como em anos eleitorais ou outros que demandem alta requisição de serviços de telefonia. Além disso, o segundo caminho não será usado "muito pouco" como referido pela licitante, ao contrário, a ideia do setor técnico deste tribunal é subdividir os 5 troncos que ficarão constantemente ativos, de modo que 3 deles trafeguem por 1 caminho e os outros 2 trafeguem pelo segundo. Reitero que essas medidas visam garantir a confiabilidade do sistema de telefonia. 2- Já o serviço de discagem direta gratuita tem caráter eventual e deverá ser implementado para atender às demandas decorrentes do período eleitoral e do cadastramento biométrico. Portanto, a sua ativação e desativação ocorrerá ocasionalmente e somente após iniciada a execução dos serviços de telefonia fixa. Nesse caso específico, é que o prazo máximo será de 48 (quarenta e oito) horas. Esclarecemos que o prazo de 60 (sessenta) dias, previsto no subitem 4.3 do Termo de Referência anexo ao presente Edital, refere-se simplesmente ao início da execução dos serviços e somente começará a contar a partir do recebimento da ordem de serviço a ser emitida pela fiscalização do ajuste, o que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o recebimento da via do contrato pela empresa. Ou seja, na prática a futura Contratada terá um prazo máximo de até 75 (setenta e cinco) dias para iniciar a prestação dos serviços. Por fim, não vislumbramos a necessidade de elaboração de projeto específico para viabilizar a infraestrutura necessária à prestação do serviço, pois entendemos que essa responsabilidade é exclusivamente da Contratada. Informação complementar confirmamos o entendimento de que o início da prestação dos serviços se dará no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela fiscalização do contrato. Ademais, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas é o mesmo tanto para a ativação quanto para a desativação do 0800. Esclareço, ainda, que o serviço de discagem direta gratuita deverá permanecer desativado no início da execução dos serviços.